

ERIKA DE FRANÇA
PAASHAUS*
ALUNILDA JANUNCIO DE
OLIVEIRA**

reflexões sobre possibilidades e con-
tradições da economia solidária
no modo de produção capitalista
mediante uma análise do mercado
de trabalho brasileiro no pós-1990

* Bacharel em Ci-
ências Econômicas
e Especialista em
Economia Política
Regional pela UFCG
** Professora Dr^a
e Coordenadora de
Pesquisa e Extensão
da Unidade Acadê-
mica de Economia
da UFCG. Membro
da Rede Brasileira
de Estudos sobre
Cidades Médias
(REDBCM).

RESUMO

O processo de desestruturação do mercado de trabalho brasileiro ocorreu, sobretudo, a partir dos anos 90 com a adoção de uma política neoliberal. Conseqüentemente, os trabalhadores começaram a perder seus empregos de forma cada vez mais acentuada o que resultou em um aumento de concentração de renda, desigualdade e exclusão social. Com isso, diante da crise do trabalho surgiu a Economia Solidária como alternativa ao desemprego e as demais mazelas sociais. Todavia, este movimento por estar inserido na lógica do sistema vigente produz uma série de antagonismos entre a sua teoria e prática. Nesse sentido, será possível perceber que os meios sob os quais a Economia Solidária se expressa, sejam eles cooperativistas ou de outras formas associativistas de trabalho, tratam-se apenas de meios que regulamentam a exploração capitalista tornando-a um paradoxo em si mesmo.

PALAVRAS-CHAVE

Mercado de Trabalho. Desemprego. Economia Solidária. Sistema Capitalista.

ABSTRACT

The disruption processo f the Brazilian labor market mainly occurred in the 1990's with the adoption of the neoliberal policy. Consequently, workers began to lose their jobs in a pronounced way, resulting in a increased concentration of income inequality and social exclusion. Thus, as consequence of this labor crisis, Solidarity Economy has emerged as an alternative to unemployment and other social ills. However, this movement, for being inserted in the logic of the current system, produces a series of confrontations between its theory and practice. In this sense, it is possible to see that means under which Solidarity Economy are expressed, whether cooperative or other associative forms of work, are only means to regulate the capitalist exploitation making it a paradox in itself.

KEY WORDS

Labor Market. Unemployment. Solidarity Economy. Capitalist System.

INTRODUÇÃO

A noção de Economia Solidária surgiu em meados do século XIX atrelada a consolidação do capitalismo como sistema vigente diante do processo de expansão da Revolução Industrial pelo mundo. Esse movimento, intitulado por alguns autores hoje como a “outra economia”, veio como resposta às elevadas taxas de desemprego, sobretudo na Europa, aos trabalhadores excluídos do processo de produção, bem como as más condições de vida e de trabalho dos operários industriais.

Sendo assim, a partir desse momento e diante dessas condições foi que se estabeleceu o movimento cooperativista cujas bases foram fundamentadas na contribuição dos assim denominados socialistas utópicos, dentre os quais se destaca: Robert Owen, Charles Fourier, William King e Louis Blanc (LEITE, 2007). Para estes, “... a empresa deveria ser colocada sob o controle dos trabalhadores e os resultados do trabalho deveriam ser colocados em comum, deveriam ser repartidos equanimente entre os membros da cooperativa” (LEITE, 2007, p. 117). Ou seja, no associativismo do trabalho precisaria permear, sobretudo, através princípios democráticos e igualitários.

Nesse sentido, a partir dessas convicções surgiram diversas experiências. Contudo, o marco do cooperativismo aconteceu, em 1844, quando um pequeno número de trabalhadores se reuniu e fundou uma cooperativa de consumo, próximo a Manchester, Inglaterra, denominada *Rochdale Society of Equitable Pionner* - Sociedade dos Pioneiros Equitativos de Rochdale - que logo se expandiu alargando suas atividades para a produção industrial, em 1850, e depois ainda mais com a abertura de uma tecelagem e fiação já em 1854.

Diante deste quadro, o movimento não parou de crescer se alastrando pelo mundo e chegando ao Brasil, em 1847, a partir da iniciativa de um médico francês chamado Jean Maurice Fraive que juntamente com um grupo de europeus instalou, no sertão do Paraná, uma colônia chamada Tereza Cristina organizada em bases cooperativistas. No entanto, esta teve um breve período de funcionamento, mas sua existência também foi de suma importância para que os ideais do movimento se disseminassem no país, intensificando-se no final de século XIX na zona rural e alcançando o seu apogeu nas duas últimas décadas do século seguinte por causa da

desestruturação do mercado de trabalho brasileiro que gerou uma crise do trabalho assalariado fazendo com que os trabalhadores que haviam perdido suas ocupações encontrassem na Economia Solidária um modo alternativo ter emprego e renda diferente dos métodos usuais. E ainda, por ser regida por princípios de solidariedade, também teria como função resgatar a integralidade do ser humano.

Com isso, Schneider (2003), explana que:

A economia solidária é um modo de viver que abarca a integralidade do ser humano, procura atender a pessoa humana em todas as suas dimensões (econômica, social, política, cultural, psicológica, espiritual etc.), bem como a todas as categorias de pessoas, de grupos e entidades. Ela designa a subordinação da economia à sua finalidade, [...], seu valor central é o trabalho humano, não o capital e sua propriedade. [...] O seu referencial é cada sujeito e, ao mesmo tempo, toda sociedade, concebida também como sujeito (SCHNEIDER, 2003, p. 151).

Esses preceitos, presentes nas práticas autogestionárias, passaram a ser encontrado nos Empreendimentos de Economia Solidária sob duas formas, consoante Bensadon (2008). A primeira seria mediante a iniciativa do coletivo para a construção de um novo empreendimento e a outra adviria do resultado de processos falimentares. Ambas as formas tem o objetivo de buscar construir uma propriedade coletiva, gestão e operação produtiva com o intuito de obter a inserção social e econômica para àqueles que dela fazem parte.

Contudo, cabe destacar que estes empreendimentos solidários estão inseridos no modo de produção capitalista cuja lógica, assim como também os elementos que conduzem a sua dinâmica, ou seja, suas molas propulsoras, acabam fazendo com que eles assimilem algumas práticas, no que se refere à questão do trabalho, que divergem daquilo que é proposto inicialmente pelos princípios da Economia Solidária tornando-se, assim, um modelo híbrido. Dito isto, cabe a seguinte indagação: tem o movimento da Economia Solidária surgido no Brasil como um fenômeno de inclusão social no capitalismo ou emancipação social do capitalismo?

OS LIMITES DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO MERCADO OU MUNDO CAPITALISTA

O movimento da economia solidária tem sido interpretado sob vários prismas sendo de censo comum, entre muitos autores, observá-la como uma estratégia de enfrentamento ao desemprego e a exclusão social. Todavia, na literatura existente a cerca do tema percebe-se que alguns casos o objetivo transcende a sua finalidade de modo que passa a ser observada ora como possibilidade dentro do capitalismo passando a ser identificada como um modelo híbrido, ora como alternativa ao capitalismo através de uma visão estratégica de construção socialista.

ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM MODELO HÍBRIDO

Para Coraggio (2000), Gaiger (2003) e Laville (2006) a economia solidária não tem o propósito de se impor sobre as outras formas de produção o que torna possível a convivência entre a forma social de produção e a economia centrada no capital. De acordo com Gaiger (2003) isso ocorre porque durante a vigência de um sistema é possível que inúmeras formas secundárias, ou também denominadas de modos de produção subsidiários, possam surgir e se expandir indo, neste caso, em contraponto a totalidade da racionalidade econômica, pois as relações sociais de produção desenvolvidas nos empreendimentos econômicos solidários permitem que haja uma modificação no princípio e na finalidade da extração do trabalho excedente mediante a existência da unidade entre a posse e o uso dos meios de produção.

Cabe ressaltar, segundo Gaiger (2003), que isso só é possível por causa das práticas de autogestão e cooperação cujos métodos são respaldados nos seguintes elementos:

- Os meios de produção são de propriedade coletiva sendo proibida a posse individual destes ou sua alienação particular;
- O controle e a tomada de decisão competem a todos que fazem parte de empreendimentos autogestionários sendo realizado mediante regime de paridade de direitos; e por fim,
- A gerência, desse tipo de iniciativa, também está vinculada aos seus associados que estabelecem o processo produtivo, opera as estratégias econômicas e determina o destino do excedente produzido.

Dessa forma, na medida em que essas particularidades se fincam em iniciativas permeadas pela solidariedade é possível que haja um maior rendimento do trabalho associado fazendo com que as práticas de autogestão e cooperação tornem-se um mecanismo reconciliador entre a força de trabalho e as forças produtivas que ele possui e utiliza. Com isso, “o trabalhador recupera as condições necessárias, mesmo se não suficientes, para uma experiência integral da vida laboral e ascende a um novo patamar de satisfação, de atendimento a aspirações não apenas materiais ou monetárias”. (GAIGER, 2003, p. 27, grifo próprio).

Dito isto, para Gorender *apud* Gaiger (2003), o fenômeno da economia solidária passa a ser observado como um modelo alternativo, pois a sua relação de produção não possui simetrias para com as formas típicas do modo de produção capitalista permitindo ainda, possibilidades legítimas de validade histórica, isto é, conjecturam interesses subjetivos dos seus associados e respondem a condições objetivas de viabilidade e perduração. Sendo assim,

O resultado desse tratamento leva a entender os empreendimentos solidários como expressão de uma forma social de produção específica, contraposta à forma típica do capitalismo e, no entanto, com ela devendo conviver, para subsistir em formações históricas ditadas pelo modo de produção capitalista (GAIGER, 2003, p. 27).

Ou seja, apesar das diversas formas de economia solidária reproduzir no seu interior princípios de solidarismo e cooperação no trabalho, Gaiger (2003) afirma que, este movimento não tem a capacidade de extinguir ou ameaçar a reprodução tipicamente capitalista pelo menos “no horizonte por ora apreensível pelo conhecimento” (Gaiger, 2003, p. 27) tornando-a um modelo híbrido permitindo que lógicas sociais específicas possuam um convívio com a lógica geral dominante.

Nessa perspectiva os empreendimentos econômicos solidários estariam subordinados ao sistema capitalista em dois sentidos: em primeiro lugar porque estão sujeitos à lógica do processo de produção deste cuja finalidade está voltada sempre para a acumulação capitalista, ou seja, na busca de aumentar a mais-valia onde para isso é necessário que o mecan-

ismo passe a depender da capacidade ampliada de realização das mercadorias e do valor novo. É válido também destacar que essa produção é feita para a troca cujos princípios são impostos aos agentes econômicos o que torna também essa regra em um mecanismo de subordinação.

O outro aspecto de subsunção entre a lógica econômica solidária e a capitalista, consoante Gaiger (2003), está estritamente relacionado ao primeiro porque é tido como o motor da produção. Ele diz respeito à premissa de produtividade competitiva, isto é, a concorrência entre os capitalistas que permite a composição orgânica do capital aumentar impondo a revolução constante nos meios técnicos de produção configurando-se, em muitos casos, um entrave aos empreendimentos autogestionários.

Nesse sentido, percebe-se que essas coerções limitam as novas formas sociais de produção porque elas passam a ser obrigadas a conviver com essas imposições fazendo com que abndiquem alguns de seus preceitos e ainda, caso aquelas “fossem adotadas sem restrição, terminariam por descaracterizar o que há de específico no solidarismo econômico”. (Gaiger, 2003, p. 32). Com isso, o referido autor aponta três exigências para que os empreendimentos econômicos solidários não percam suas características mais relevantes. São eles:

- Assumir a base técnica herdada do capitalismo, dela retirando benefícios para a sua forma social de produção própria ou, ainda, alcançando desenvolver, paulatinamente, forças produtivas específicas e apropriadas à consolidação dessa última;
- Confrontar-se com os empreendimentos capitalistas, dando provas de superioridade do trabalho associado perante as relações assalariadas, à medida que impulsionam, em seu interior, uma dialética positiva entre relações de produção e forças produtivas, e enfim;
- Resistir às pressões do ambiente econômico, por meio de mecanismos de proteção e externalização da sua lógica cooperativa às relações de intercâmbio e de troca.

Sendo assim, Gaiger (2003) assegura que caso essas premissas sejam atendidas ter-se-á genuínas experiências de economia solidária cujas práticas não serão mais tidas apenas como mecanismos de compensação em uma determinada sociedade, mas se tornarão uma alternativa que

transpõe aos propósitos de censo comum porque tenderão a modificar o cerne da produção da vida material e social.

Todavia, isso não significa afirmar que o êxito nesse processo implique em dizer que os empreendimentos solidários suplantem as empresas capitalistas, isto é, aquelas não detém a capacidade de tornar estas disfuncionais ao sistema econômico e com isso, muito menos apresentem qualquer risco de colocar o capitalismo em xeque. Segundo Gaiger (2003), o papel da economia solidária é mostrar que o cooperativismo e a autogestão não são inferiores a gestão capitalista no sentido de que o desenvolvimento das forças produtivas destas formas permite-as possuir vantagens comparativas mediante uma forma social de produção específica.

ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA ALTERNATIVA CONTRA O CAPITALISMO NA PERCEPÇÃO DE PAUL SINGER

De forma semelhante Singer (2000) identifica que existe uma convivência entre os arranjos de economia solidária e o capitalismo ao destacar que naquele é possível associar “o princípio da unidade entre posse e o uso dos meios de produção e distribuição (da produção simples de mercadorias) com o princípio da socialização destes meios (do capitalismo).” (Singer, 2000, p. 13). Com isso, aparentemente de forma equivalente ao pressuposto de Gaiger (2003), o modo solidário de produção passa a ser identificado como um híbrido entre a pequena produção de mercadorias e o capitalismo no estágio atual.

Entretanto, a visão de Singer (2000) é considerada por diversos autores como sendo a mais otimista ao analisar que o movimento da economia solidária é um fenômeno capaz de se constituir em uma síntese que supera ambos os arranjos fazendo com que seja possível o surgimento de um novo sistema tornando-se um projeto em direção ao socialismo. Assim, Menezes (2007) apresenta que

O traço que o distingue, dos demais autores pesquisados é que a sua “economia solidária” não se restringe apenas a combater o desemprego e a pobreza, mas na crença de que o sistema e a prática cooperativista, na medida em que se expandem e se solidificam, viabilizam a constituição de uma sociedade socialista (MENEZES, 2007, p. 149).

Nas reflexões de Singer (2000) essa alternativa de superação ao capitalismo é possível porque os preceitos da economia solidária são diferentes e opostos aos da economia capitalistas cujos fundamentos estão alicerçados no direito de propriedade individual aplicado ao capital e na propriedade privada dos meios de produção, ou seja, na sua percepção a economia solidária seria um meio de repensar o socialismo, portanto, uma economia socialista, porque é caracterizada por princípios opostos ao capitalismo.

Então, por corresponder a uma estrutura organizacional e ideológica baseada na propriedade coletiva ou associada do capital e no direito a liberdade individual é que as experiências cooperativistas e autogestionárias da economia solidária são, de acordo com Singer (2000), formas reais de organização do trabalho não capitalista, sendo herdeiras da tradição socialista cujas contribuições ideológicas surgiram através das primeiras experiências de associação desenvolvidas na prática pelos trabalhadores, ou seja, desde a época dos Pioneiros de Rochdale.

Desse modo, Singer (2000) acredita que a pelo menos dois séculos a economia solidária tem sido um dos mecanismos mais fundamentais de luta contra o capitalismo atuando hoje em consonância com a ação combativa de sindicatos e partidos por direitos políticos e sociais. Isto é, por ser uma opção “contra os valores dominantes da competição individual e da primazia do capital sobre o trabalho” (Singer, 2000, p. 21) o surgimento de uma empresa solidária tem se tornado um meio de superação do capitalismo, no entanto, para que isso aconteça é necessário o patrocínio dos apoiadores externos cujas contribuições procuram buscar o fortalecimento e consolidação dos empreendimentos solidários que além de possuírem uma racionalidade econômica detém também, sob seus princípios, uma base político-ideológico.

Com efeito, Singer (2000) destaca que os principais resultados desse projeto podem ser sistematizados da seguinte maneira

- 1) homens e mulheres vitimados pelo capital organizam-se como produtores associados tendo em vista não só ganhar a vida mas reintegrar-se à divisão social do trabalho em condições de competir com as empresas capitalistas; 2) pequenos produtores de mercadorias, do campo e da cidade, se associam para comprar e vender em conjunto, visando econo-

mias de escala, e passam eventualmente a criar empresas de produção socializada, de propriedade deles; 3) assalariados se associam para adquirir em conjunto bens e serviços de consumo, visando ganhos de escala e melhor qualidade de vida; 4) pequenos produtores e assalariados se associam para reunir suas poupanças em fundos rotativos que lhes permitem obter empréstimos a juros baixos eventualmente financiar empreendimentos solidários; 5) os mesmos criam também associações mútuas de seguros, cooperativas de habitação etc. (SINGER, 2000, p. 14).

Assim, mediante estes tipos de iniciativas, consideradas por Singer (2000) como não capitalistas e galgadas de grande potencial de transformação social, seria possível instituir através das empresas autogestionárias e do novo cooperativismo¹ um modo de produção específico capaz de transformar esses empreendimentos em “ensaios de empresas socialistas” cujo próximo passo dessa etapa consistiria no surgimento e consolidação de um novo sistema que sobrepujasse à ordem capitalista de produção e distribuição.

Essa reflexão positivista e esperançosa de Singer é explicada, de acordo com Leite (2009), porque ele interpreta que as variadas formas de organizações que compõem o campo da economia solidária surgem do resultado de não se constituírem apenas como uma solução para a crise do trabalho assalariado, mas também como um fenômeno factível do socialismo real e da social-democracia. Dessa forma, “tudo isso teria resultado, segundo o autor, num deslocamento do foco dos movimentos emancipatórios da tomada de poder do Estado para o fortalecimento da sociedade civil” (LEITE, 2009, p. 37), ou seja, seria necessário ampliar o controle desta sobre o Estado e o mercado para que houvesse uma nova hegemonia de poder dos trabalhadores.

Portanto, isto significa dizer que para ter um modelo de produção socialista e que este venha a se tornar hegemônico, mediante o caminho da economia solidária, é fundamental que as experiências coletivas de

¹De acordo com Singer *apud* Leite (2007) o novo cooperativismo apresenta “as marcas da crise ideológica da esquerda e a necessidade de enfrentar o neoliberalismo e a atual crise das relações de trabalho” e ainda acrescenta que “ele constitui a reafirmação da crença nos valores centrais do movimento operário, ou seja: democracia na produção e distribuição; luta direta dos movimentos sociais pela geração de trabalho e renda, luta contra a pobreza e a exclusão social” (SINGER *apud* LEITE, 2007, p. 127).

novas formas de vida e de trabalho se construam a partir das iniciativas da sociedade civil, pois estas possuem capacidade de organizar em suas ações elementos, como a democracia e a igualdade, que constituiriam os alicerces para uma revolução social que não aconteceria violentamente, mas de forma indolor, voluntária e despida de luta de classes, como afirma Cole *apud* Menezes (2007). Portanto, esta seria a via de combate ao sistema capitalista, não sendo apenas um projeto intelectual de caráter utópico, consoante Leite (2007).

ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA ESTRATÉGIA DE CONSTRUÇÃO SOCIALISTA?

No entanto, Pitaguari (2010) expõe que Marx e Engels compreendiam que era impossível sobrepujar a ordem capitalista independentemente da funcionalidade sob as quais esses empreendimentos viessem a surgir, ou seja, caso fossem criadas para competir com as empresas capitalistas ou então, que funcionassem nas franjas do sistema até se tornarem dominantes. Sendo assim, “em geral essas tentativas teriam como resultado o fracasso”. (Pitaguari, 2010, p. 38). Com isso, Menezes (2007) garante que as alusões de Singer em acreditar que a economia solidária é uma alternativa capaz de superar o sistema vigente nem “sequer se aproxima dos ideais dos socialistas utópicos”. (Menezes, 2007, p. 162).

E ainda, Menezes (2007) segue afirmando que, mediante o contexto sob a qual foi formulada, na crise da década de 1980 e 1990, a “economia solidária” veio a surgir como sendo

Nada mais do que uma política social coadjuvante do “neoliberalismo econômico”, porque se lastreia e, com isso, reforça a ideia de que os cidadãos devem “(...) desenvolver sua capacidade de iniciativa para resolver seus próprios problemas” (BOITO Jr. *apud* MENEZES, 2007, p.176).

Nesse contexto foi que a economia solidária passou a compreender, no Brasil, uma diversidade de práticas econômicas e sociais que, apoiadas por várias vertentes da sociedade civil, foram organizadas sob a forma de cooperativas, associações, empresas autogestionárias, redes de cooperação, complexos cooperativos, dentre outras, cujo objetivo era realizar atividades

de produção de bens, prestação de serviços, financiamento, trocas, comércio e consumo de maneira justa e solidária, a partir de princípios de reciprocidade.

Todavia, Pitaguari (2010) relata que essas formas tem se degenerado em dois sentidos: ou estão fadadas ao fracasso por não conseguirem sobreviver aos ditames do mercado, ou então, abdicam dos seus princípios e passam a obter sucesso econômico tornando-se empresas capitalistas para garantir seu espaço no mercado. Por conseguinte, acabam reproduzindo em seus espaços valores dominantes para sobreviverem como, por exemplo, de acordo com Benini e Neto (2007), a competição, hierarquia na gestão do empreendimento, precarização, jornadas de trabalho elevadas, dentre outros.

Desse modo, observa-se que os valores e preceitos do cooperativismo se enfraqueceram e “até se anacronizaram como uma possível investida contra o grande capital”. (Menezes, 2007, p. 170). E isso ocorre porque a “economia solidária” tem se submetido a todos os princípios procedidos da lógica da mundialização do capital fazendo com os empreendimentos “solidários”, tanto os pequenos quanto os grandes, fiquem presos às amarras das forças de um mercado do qual dependem para existir, sob os quais estão conectados direta ou indiretamente, e ainda, onde as relações são estabelecidas mediante a lógica e regras do mercado capitalista cujo objetivo primordial é valorizar cada vez mais o capital para aumentar a mais-valia.

Com isso, Paniago (2008) entende que apesar dessa nova classe trabalhadora que emerge baseada em princípios de solidariedade e reciprocidade assumir um novo tipo de personificação do capital, nos regimes associativistas e cooperativistas, ela não estará isenta dos objetivos da reprodução ampliada do capital fazendo com que esta categoria se ponha em pé de igualdade aos genuínos capitalistas.

Segundo Mészáros *apud* Paniago (2008), “essa relação causal (...) vai do capital a seu tipo específico de personificação, e não ao contrário”. (MÉSZÁROS *apud* PANIAGO, 2008, p.218). Sendo assim, essa prerrogativa leva a crer que o capital e suas forças motrizes de expansão, que provocam a submissão hierárquica do trabalho e a uma maior apropriação do produto do trabalho alheio, não desaparecerão apenas porque houve uma modificação quanto a figura detentora do capital assim, ele permanecerá atuando independentemente das suas formas de personificação. Logo,

O capital é uma relação social de produção e não uma “entidade material” ou um “mecanismo neutro” que possa estar na posse de um ou outro indivíduo aleatoriamente, seja qual for seu título legal, se um proprietário privado individual ou um proprietário coletivo, ou estatal. Por implicar um processo de sujeição do trabalho vivo, por necessitar garantir sua autovalorização através da extração mais eficiente possível de mais-valia, é trabalho acumulado, objetivado, e não possui nenhuma forma de existência que prescindia do trabalhador, seja qual for sua aparência jurídico-legal (MÉSZÁROS *apud* PANIAGO, 2008, p. 218).

Então, percebe-se que de nada adianta apenas substituir os sujeitos que incorporam a personificação do capital se ainda permanecerem estabelecidas as condições da reprodução e expansão deste no sistema capitalista da produção e isso porque os antagonismos da exploração do capital sobre o trabalho persistirão em nada alterando as possibilidades de emancipação dos trabalhadores através de mecanismos solidários e isso acontece porque a relação entre esses elementos são contraditórios e resiste a qualquer mudança na relação de propriedade que venha a surgir. Assim, Paniago (2008) cita que “com as cooperativas, a mistificadora apropriação coletiva do capital pelos trabalhadores apenas altera os meios daquela exploração e acumulação”. (PANIAGO, 2008, p. 219).

Dessa maneira, apesar das práticas de “economia solidária” permitir que os indivíduos tornem-se seus próprios patrões, dentre outra série de “vantagens”, o que se tem visto é a constituição de um mecanismo capaz de tolerar a auto-exploração porque respondem aos ditames do mercado, sobretudo ao da concorrência capitalista que se impõe nessas organizações mediante a necessidade de se intensificar o trabalho ao máximo possível, ou então, de diminuir ou aumentar a quantidade de horas de trabalho e ainda, de empregar ou excluir a força de trabalho, de acordo com a conjuntura econômica que se estabelece as necessidades do mercado, em resumo, aplicam-se todos os procedimentos de combate a concorrência sem que se aproxime nem um pouco da transformação do modo de produção capitalista em benefício da autonomia dos trabalhadores, de acordo com as interpretações de Paniago (2008).

Assim sendo, é possível constatar uma submissão cada vez maior ao capital e uma intensificação das condições de exploração da força de trabalho ainda mais intensa nessas iniciativas onde os princípios de “autonomia, igualdade, liberdade e democratização do poder” (Paniago, 2008, p. 226) tem sido deturpados fazendo com que a “economia solidária” não seja “um golpe contra a exploração capitalista, mas simplesmente uma regulamentação dessa exploração”. (LUXEMBURGO *apud* PANIAGO, 2008, p. 230).

De comum acordo, Gramsci *apud* Sousa (2008) expõe que esse “transformismo” desempenha uma função apenas de corroborar as relações de produção capitalista, transformando os imperativos do capital em necessidades do trabalho. Por conseguinte, Sousa (2008) enfatiza que produzir uma ideologia baseada na ampliação da independência dos trabalhadores não institui as condições legítimas para que isso ocorra porque não é possível imaginar que na sociedade na qual se vive, cujo modo de produção é o capitalismo, possa haver formas de trabalho autônomas dos ditames do capital, “sejam elas subsumidas de modo formal ou real ao capital”. (SOUSA, 2008, p. 58). Como resultado, a autora segue afirmando que, qualquer relato que apoie esse tipo de mistificação almeja, sobretudo, conservar inalterada os meios de dominação e exploração da força de trabalho, e conseqüentemente, desfazer a mobilização e organização da classe trabalhadora na luta contra as iniquidades socioeconômicas geradas pela lógica do sistema vigente.

Além disso, Menezes (2007) argumenta que as prerrogativas desse “projeto político”

Ao se firmarem sob o discurso ideológico do “faça-você-mesmo”, da auto-ajuda, da autogestão, da ajuda-mútua e do empreendedorismo termina por viabilizar e ampliar outras formas de precarização do trabalho, mediante o incentivo de cooperativas de trabalho e/ou produção e o mercado de trocas. Concomitantemente, enreda as mais diversificadas categorias de trabalhadores, rurais e urbanos, formais e informais, desempregados e até os “desnecessários” no circuito do sistema financeiro, mediante a ampla oferta no terreno do microcrédito, como uma política de combate a pobreza e ao desemprego (MENEZES, 2007, p. 17).

Dito isto, detecta-se que a política de microcrédito aprofunda, ainda mais, os anacronismos que existem na concepção da “economia solidária”, pois consoante Menezes (2007), “ele corresponde, no sentido da rapinagem, ao setor paraistário-financeiro e especulativo que sustenta o *modus operandi* da acumulação na etapa da mundialização do capital”. (Menezes, 2007, p. 213). Isto é, o sistema de crédito amplia o escopo da economia capitalista elevando e acelerando cada vez mais a contradição existente entre o caráter social da produção e a apropriação privada da riqueza.

Nesse sentido, Menezes (2007) retrata que a partir desse mecanismo é estabelecido um verdadeiro processo de financeirização da miséria porque uma das principais alavancas e a mais expressiva de centralização do capital, o crédito, não exclui os pobres do seu circuito de superlucros obtidos a partir de elevadíssimas taxas de juros, principalmente encontradas nos países denominados periféricos.

Essa financeirização da miséria ocorre através de uma gama de diferentes modalidades que aprisionam os pequenos produtores rurais, os grupos de trabalhadores urbanos e os pequenos e microempresários de baixa renda a lógica do seu sistema sob os quais fazem parte, em primeiro lugar, uma diversidade de instituições públicas ou privadas que podem ou não atuar em conjunto na oferta de crédito para esse grupo; organizações e federações empresariais dos setores da indústria e do comércio; organismos da sociedade civil; assim como também a partir de parcerias internacionais². Logo, constata-se que “a pobreza está incluída, pelo menos, como mais um fator que se inscreve no circuito da acumulação para atender à diversidade de formas de lucro do setor parasitário-financeiro globalizado”. (MENEZES, 2007, p. 104).

Desse modo, percebe-se que essa política de crédito, por tantas vezes apoiada pelo Estado e defendida pelos teóricos positivistas do terceiro setor, não é um mecanismo cujo interesse é combater as desigualdades socioeconômicas da população, promover o desenvolvimento ou de ser uma alternativa para abrir novos postos de trabalho para aqueles que se encontram desempregados ou ainda, para estimular o consumo dos tra-

²Menezes (2007) destaca que os principais parceiros internacionais são a The United Nations Children’s Fund (UNICEF); a Accion - organização privada que se diz sem fins lucrativos -; O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); a Fundação Friedrich Naumann (FFN); o Serviço Alemão de Cooperação Técnica e Social (DED); do Fundo para Equidade de Gênero, órgão de origem canadense; do Instituto de Cooperação Belgo-Brasileira para o Desenvolvimento Social (DISOP/Belga) e da Organização Francesa de Solidariedade Internacional (Essor).

balhadores que não são bem remunerados. Sendo assim, Chesnais *apud* Menezes (2007) afirma que estas modalidades de crédito constituem-se em uma forma de agiotagem moderna dos créditos ao consumidor.

E isso acontece porque a valorização dos capitais no setor financeiro³ nasce na produção do valor, ou seja, na esfera produtiva nesse sentido, essa nova configuração de especulação encontra espaço como fonte para a sua realização e expansão os salários e rendimentos dos trabalhadores. Então, observa-se que “a esfera financeira alimenta-se da riqueza criada pelo investimento e pela mobilização de uma força de trabalho de múltiplos níveis de qualificação”. (CHESNAIS *apud* MENEZES, 2007, p. 105).

Portanto, esse “caráter social” assumido pelo microcrédito e sustentado pelos defensores do movimento da “economia solidária” como mecanismo viabilizador da eficiência das variadas formas sob as quais surgem trata-se apenas de um meio de manter a superexploração do trabalho, de acordo com Menezes (2007), e isso faz com que se verifique a “impropriedade e a própria fragilidade teórica dessa alternativa de enfrentamento do desemprego e da pobreza” (Menezes, 2007, p. 215) colocando em xeque a ideia de que a partir desse fenômeno seria possível superar as mazelas que afligem a maior parte da sociedade, pois o que se percebe é uma acentuação desses problemas, ou então que mediante ela pudesse-se admitir o estabelecimento de um novo modo de produção que se contraporía ao capitalismo.

Então, observa-se que esse projeto alternativo além de não se ver livre dos fatores condicionantes do Estado e do mercado obedece à risca aos ditames da dinâmica da reprodução capitalista nesta fase de mundialização do capital. Por isso, Verago (2008) afirma que a promessa de transformação da propriedade privada em propriedade coletiva inserida no sistema capitalista, como meio de implantar o socialismo não tem fundamento porque a sua ideologia está desprovida de bases materiais. Desse modo, Antunes *apud* Verago (2008) argumenta que

³Consoante com Menezes (2007) “o que caracteriza a nova fase do capitalismo é a predominância do capital financeiro. A financeirização da economia se imbrica diretamente com o desemprego, a precarização do trabalho e a agudização da miséria” (MENEZES, 2007, p. 215). De acordo com a análise de Husson, “ela ocorre através do aumento do lucro das empresas (...) graças à generalização da austeridade salarial, sem que isso resultasse em uma tomada dos investimentos, pois faltavam mercados suficientes. A mais-valia não acumulada teve de ser reciclada em outras camadas sociais que não a assalariada, e a financeirização assegurava, em grande escala, a transferência de lucros, cuja outra face foi o aumento constante do desemprego em massa” (HUSSON *apud* MENEZES, 2007, p. 215).

Como se, por meio da expansão da economia solidária, inicialmente pela franja do sistema, se pudesse reverter e alterar substancialmente a essência da lógica do sistema produtor de mercadorias e da valorização do capital (...) atribuir a elas a possibilidade de, em se expandindo, substituir, alterar e, no limite, transformar o sistema global de capital parecidos um equívoco enorme (...) quando concebidas como um momento efetivo de transformação social em profundidade, elas acabam por converter-se em uma nova forma de mistificação que pretende, na hipótese mais generosa, 'substituir' as formas de transformação radical, profunda e totalizante da lógica societal por mecanismos mais palatáveis e parciais, de algum modo assimiláveis pelo capital. E na sua versão mais branda e adequada à Ordem pretendem em realidade evitar as transformações capazes de eliminar o capital (ANTUNES *apud* VERAGO, 2008, p. 16).

Mediante o exposto Ricardo Antunes corrobora com a verdade de que enquanto as cooperativas e associações de trabalhadores não combatem “os centros nevrálgicos da acumulação de capital, pouco se pode esperar da mesma”. (Novaes, 2008, p. 26). Sendo assim, sua percepção com relação ao fenômeno da “economia solidária” baseia-se no fato de que seus mecanismos e métodos participativos fazem parte do desígnio do capital de instituir o envolvimento dos trabalhadores de uma maneira contraditória fazendo com que estes fiquem submetidos e sujeitados aos planos das empresas.

Sendo assim, não se deve incorrer ao erro de pensar que a participação através da autogestão ou co-gestão em empreendimentos econômicos solidários são formas renovadoras estabelecidas para se alcançar uma revolução social porque o que se tem constatado, na realidade, é uma gama de divergências desses princípios de solidariedade. Dessa maneira, Germer *apud* Amorim (2010) reafirma que o projeto de “economia solidária” é uma proposta isolada, ausente da verdadeira luta política, da conquista de uma ideologia e da mudança cultural, fato este que a transforma em um movimento inócuo, ou seja, incapaz de garantir modificações consistentes em favor da sociedade promovendo apenas medidas pontuais com resultados

pífios, mas imbricados de outras intenções, ou melhor, instituído no objetivo de favorecer o processo de acumulação do capital mediante suas propostas.

Por conseguinte, de acordo com Germer (2006), este tem sido um movimento que “induz a classe trabalhadora a lutar por soluções fantasiosas, conduzindo-a a uma forma de luta que uma longa e trágica história revelou ineficaz⁴”. (Germer, 2006, p. 201-202). Desse modo, a “economia solidária” é vista perante os que fogem do censo comum como um conjunto de iniciativas cuja finalidade primordial é neutralizar a consciência da classe trabalhadora que diante dos momentos de crise prolongada do capitalismo tronam-se vulneráveis em lutar contra as consequências do sistema vigente abrindo espaço para que sejam difundidas alternativas milagrosas e oportunistas cujos princípios ideológicos se apresentam mais próximos de uma perspectiva de convivência pacífica com o capital.

Com isso, inserir a “economia solidária” no contexto da atualidade como uma *pseudo* estratégia de transição para o socialismo significa abdicar de um momento onde existem condições favoráveis de luta contra os efeitos deletérios do capitalismo tornando a classe trabalhadora em agentes inócuos desse processo, isto é, os trabalhadores têm deixado de se ater

A sua ação na ampla arena da política, em que, como classe social, avultam numericamente em relação à diminuta expressão da classe capitalista, restrita a menos de 5% da população em todos os países capitalistas significativos (Labini, 1983), para atuar em estreita faixa na arena da luta econômica, em que os trabalhadores seriam, em primeiro lugar, pulverizados em pequenos grupos, nas cooperativas, tanto regionalmente quanto em termos de segmento de mercados, e em segundo lugar seriam lançados a um terreno - o da concorrência econômica-, em que se encontram em esmagadora inferioridade em relação à classe capitalista, pois nesse terreno o que conta não

⁴Lênin *apud* Germer (2006) explica essa ineficácia partindo da seguinte explanação: “Por que eram fantasiosos os planos dos antigos cooperativistas, desde Robert Owen? Porque eles sonhavam em converter pacificamente a sociedade contemporânea em socialismo sem levar em consideração problemas fundamentais como a luta de classes, a conquista do poder político pela classe trabalhadora, a abolição das leis da classe explorada. É por este motivo que temos razão ao encarar como inteiramente fantasioso este socialismo ‘cooperativista’, e como romântico e mesmo banal o sonho de transformar inimigos de classe em colaboradores de classe e a guerra de classes em paz de classes (...) por intermédio da mera organização da população em sociedades cooperativas” (Lênin *apud* Germer, 2006, p. 202).

é a expressão demográfica ou populacional, mas a escala e a qualidade do capital e dos meios de produção, ao lado dos vínculos tecnológicos e financeiros monopolizados pela classe capitalista (GERMER, 2006, p. 203).

Nesse sentido é que Vainer *apud* Gomes (2007) classifica a “economia solidária” como um oxímoro, ou seja, um paradoxo em si mesmo e isso acontece porque ela aventura-se a juntar elementos que se repelem e se opõem, neste caso a economia com a solidariedade. Dessa maneira, é impossível conciliar a competição peculiar ao capitalismo com a solidariedade, ou em outras palavras, não é admissível instituir uma lógica solidária sob a égide do capital porque nela “os trabalhadores não realizam uma atividade dotada de sentido social. Eles perdem o controle do produto do seu trabalho, do processo de trabalho, de si e da civilização humana”. (Mészáros *apud* Novaes e Sardá, 2010, p. 07). Assim, de acordo com a interpretação de McMurtry *apud* Pitaguari (2010) as iniciativas de economia solidária jamais se configurarão como alternativa real ao sistema capitalista porque não se constituem em um movimento de caráter revolucionário para a transformação social e isso acontece porque este não detém um planejamento de ação estratégico no âmbito econômico, político e organizativo voltado para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Para Novaes (2008) a “economia solidária deu muita atenção ao tema das decisões *democráticas* realizadas *dentro dos muros* de cooperativas populares, associações de trabalhadores e fábricas recuperadas, sem, no entanto, realizar uma crítica profunda aos *mecanismos de mercado*”. (Novaes, 2008, p. 08, grifo do autor). Por isso, ela é considerada como um anátema para os verdadeiros herdeiros da teoria marxista já que os teóricos do “neomarxismo” e da “esquerda não-marxista”⁵ ao realizar uma crítica parcial, ou seja, incompleta, do sociometabolismo do capital acabam por eximir a tirania da circulação e da produção fazendo com que rejuvenesça a velha proposta ‘socialista de mercado’⁶ com uma nova roupagem. No

⁵ Consoante Menezes (2007) essa nomenclatura é dada para caracterizar pensadores com posição política e teórica ecléticas. Portanto, Lukács *apud* Menezes (2007) define-os como teóricos dotados de “uma epistemologia de direita e uma ética de esquerda” (MENEZES, 2007, p. 149).

⁶ De acordo com Novaes (2008) as propostas que tentam harmonizar os preceitos socialistas com os mecanismos de mercado não são tão recentes e isso já podia ser observado na literatura de Proudhon. Segundo Mandel *apud* Novaes (2008), para Proudhon “tratava-se de emancipar o operário-artesão da dominação do dinheiro (do capital), sem abolir a produção mercantil e a concorrência: ilusão típica-

cerne desse contexto, Mészáros *apud* Novaes (2010) prossegue afirmando esses anacronismos ao expor que

A triste história das cooperativas nos países capitalistas, apesar de suas genuínas aspirações socialistas no passado, é eloquente a esse respeito. Mas mesmo a estratégia de subverter as relações de propriedade de capitalismo privado pela “expropriação dos expropriados” pode, sem a reestruturação radical das relações de troca herdadas, apenas arranhar a superfície, deixando o capital nas sociedades pós-capitalistas – ainda que numa forma alterada – no controle pleno do processo de reprodução. Deste modo, nada pode ser mais absurdo do que a tentativa de instituir a democracia socialista e a emancipação do trabalho a partir do fetichismo escravizador do ‘socialismo de mercado’ (MÉSZÁROS *apud* NOVAES, 2010, p. 08).

Dessa maneira, percebe-se que é preciso banir a idéia de que é possível conciliar a “*autogestão* das fábricas e competição no *mercado*, cooperação e competição, *eficiência* da cooperativa e *anarquia* da produção” (Novaes, 2008, p. 13, grifo do autor) porque nesse sentido estar-se-ia dando mais fôlego ao sentido contraditório da economia solidária no Brasil que já tem sido bastante difundido pelos teóricos dotados, segundo a conceituação de Lukács *apud* Menezes (2007), de “uma epistemologia de direita e uma ética de esquerda”, dentre estes Novaes (2008) destaca o professor Paul Singer que se enquadra nessa definição por acreditar, erroneamente, que o colapso do socialismo real tenha levado a grande maioria dos “marxistas” a acreditarem que “o progresso econômico e os direitos individuais não podem ser garantidos sem liberdade econômica e algum grau de competição no mercado”. (NOVAES, 2008, p. 13).

Nesse sentido, Singer advoga a prerrogativa da permanência dos mecanismos do mercado embasado no direito de escolha ao declarar a seguinte justificativa:

Precisamos de mercado porque é a forma de interação que conhecemos, que permite manter as diversas burocracias

mente artesanal pequeno-burguesa. Se algumas vezes Proudhon é apresentado, não sem razão como pai da idéia de autogestão operária, o impasse do “socialismo de mercado” manifesto na Iugoslávia desde 1970 já está potencialmente esboçado em suas ideias (MANDEL *apud* NOVAES, 2008, p. 12).

separadas, evitando que um poder total se aposse da economia. Não haveria plano geral, do tipo soviético, mas planos particulares de firmas, famílias e governos a serem conciliados em mercados e no plano geral, pelo parlamento econômico. Mercados são essenciais para possibilitar ao indivíduo o direito de escolha, como trabalhador e consumidor (SINGER *apud* NOVAES, 2008, p. 16).

Sob este ponto de vista, Novaes (2008) afirma que tanto Singer quanto os defensores das Redes de Economia Solidária⁷ não vislumbram, nem sequer a título de investigação teórica, a necessidade de coordenação global da produção pelos produtores associados já que consideram o mercado “como algo que não pode ser superado”. (Novaes, 2008, p. 17). Dessa maneira, torna-se pouco provável que ocorra uma transformação sistêmica para além do capital, onde o indivíduo possa desenvolver sua “rica individualidade” (Novaes, 2004, p. 13), enquanto prevalecerem os ideais cujos preceitos estejam atrelados na fantasia de que os mecanismos de mercado são imprescindíveis para o socialismo.

Para Novaes (2008) esse tipo de antagonismo, procedente da vontade de querer harmonizar elementos que se repelem, significa “mudar tudo sem mudar nada”. (Novaes *apud* Amorim, 2010, p. 95). E ainda, Novaes (2008) segue afirmando que a falta de oposição a este tipo de incompatibilidade teórica pode estar acontecendo por causa do contexto defensivo sob a qual permanece a classe trabalhadora que a cada dia presencia o avanço da barbárie social “aonde se luta para não morrer de fome” e ainda, que está diante de “uma crise teórica da esquerda, que tenta mesclar teorias do capital com alguns princípios socialistas”. (NOVAES, 2008, p. 17). Dessa forma, é que Lukács *apud* Wellen (2008) afirma que o singular deixa de ser um elemento de entendimento das determinações da totalidade social para se tornar o meio específico dessa análise mistificadora como se nada fosse necessário além dela mesmo, em outras palavras, são depositadas nessas

⁷Nas palavras de Novaes (2008) essa corrente acredita na possibilidade de blindar ou isolar as diversas iniciativas da economia solidária dos efeitos deletérios da concorrência sob estes empreendimentos. Contudo, Novaes (2008) argumenta que “um breve olhar para a inserção das cooperativas, associações de trabalhadores e fábricas recuperadas nos mostraria que o capital transnacional domina praticamente todas as etapas da cadeia produtiva. Quando se tenta *integrar* ou *fechar* relações entre as cooperativas, logo se verifica que os empreendimentos são na verdade concorrentes por um mesmo *mercado* ou tem um baixo grau de complementaridade” (NOVAES, 2008, p. 16, grifos do autor).

tentativas imprecisas e insuficientes de teorização da “economia solidária” a causa e solução dos problemas sociais. Logo,

A mistificação presente em análises restritas a aspectos singulares da realidade proporciona um reflexo falso das possibilidades concretas de superação do sistema capitalista, elegendo como regra aquilo que é, na verdade, exceção. Ocorre, dentro desse processo, uma supervalorização do singular a tal ponto deste tornar-se ilusoriamente independente do contexto social que lhe fornece sentido. Como uma proposta que tencione superar a ordem do capital e abolir as causas que a mantêm não pode prescindir de uma apreensão correta das determinações da totalidade social, a perspectiva apresentada na ‘economia solidária’ se mostra, portanto, não como uma função social revolucionária, mas representa um retrocesso ideológico (WELLEN, 2008, P. 113).

Portanto, é dentro desse contexto que Wellen (2009) relata a necessidade em examinar com mais afinco as condições intrínsecas das organizações da economia solidária não ficando apenas no campo dos seus supostos atributos específicos ou únicos muitas vezes encobertos de paradigmas. O referido autor expõe isso porque existe um fosso entre a realidade concreta no interior destas iniciativas e a situação vislumbrada por seus representantes e isso acontece porque estes excluem as relações dialéticas que existem entre os empreendimentos econômicos solidários e o modo de produção sob os quais está submetido, o capitalismo que, para manter o atual padrão de acumulação, tem procurado renovar o processo de organização do trabalho a partir de “modalidades que aparentemente seriam autônomas e independentes” (Sousa, 2008, p. 57) levando-se a crer que as atividades econômicas de solidariedade e reciprocidade são antagônicas.

Então, de acordo com Wellen (2009), é preciso analisar o movimento da “economia solidária” mediante uma ótica que transpasse o seu espaço interno sendo necessário inseri-la na totalidade social para não incorrer-se a pelo menos dois erros básicos: primeiro, o de pensar que essas organizações são independentes do modo de produção que as subordina, pois “não existe fortaleza capaz de expulsar a influência da lógica do capital do compor-

tamento das pessoas”. (Wellen, 2009, p. 66). E o segundo erro, conforme o referido autor, consiste no fato de muitos acreditarem que o convívio social dos associados se restrinja apenas a essas experiências criando o que se chama abstração social que, todavia, não existe porque as subjetividades dos indivíduos estão continuamente integradas com a realidade mesmo que isso não aconteça de uma maneira nítida para essas pessoas, ou seja, até mesmo os valores mais subjetivos, considerados autônomos e isentos da lógica do capital, são influenciados pelo fato concreto e pela ideologia vigente.

Desse modo, Lukács *apud* Wellen (2009) cita que é necessário utilizar-se, portanto, da “velha verdade do marxismo [de] que se deve julgar cada atividade humana conforme o que ela representa *objetivamente* em relação à totalidade do contexto, e *não* segundo aquilo que o próprio *sujeito* atuante *pensa* da sua própria atividade”. (Lukács *apud* Wellen, 2009, p. 74, grifo do autor). Sendo assim, a realidade das variadas formas de organização solidária deve ser analisada de modo objetivo no contexto global sob as quais se inserem e isso acontece porque estas se mostram cada vez mais dependentes das interfaces do sistema capitalista seja em seus determinantes objetivos e subjetivos, econômicos e culturais.

Destarte, é nesta linha de raciocínio que Marx e Engels *apud* Pitaguari (2010) expõem a necessidade de resolver a contradição fundamental do capitalismo mediante a socialização dos meios de produção cuja posse está nas mãos da burguesia. Assim, para que isso seja viável é preciso “realizar uma revolução social e política com a finalidade de constituir um Estado Socialista, o qual teria a incumbência de expropriar as empresas, transformando-as em propriedades coletivas de todos trabalhadores da nação, e a seguir planificar a produção” (Marx e Engels *apud* Pitaguari, 2010, p. 40) para suprir as necessidades de todos que dela fazem parte porque na medida em que o capitalismo se propaga, encontrando formas que lhe permite se desenvolver mais, há uma maior concentração do capital que permite gerar um aprofundamento das distorções presentes na sociedade moderna e os antagonismos entre classes.

De semelhante forma Novaes (2008) percebe a necessidade de, primeiramente, se estabelecer um sistema de planejamento socialista de produção para que, em seguida, torne-se possível implantar as variadas formas de economia solidária fazendo com que a teoria e a práxis caminhem de conformidade, ou seja, no mesmo sentido, pois acreditar na

possibilidade de mudança através desse mecanismo é incorre-se ao erro porque a alternativa que se coloca é ambígua já que está pautada em uma estrutura sob a qual o controle do capital apenas muda de detentor através da “*expropriação dos expropriadores*”. (Mészáros *apud* Novaes, 2008, p. 18). Sendo assim, Mészáros *apud* Novaes (2008) lembra que

O verdadeiro alvo da transformação emancipatória é a completa erradicação do capital como modo de controle totalizante do próprio sociometabolismo reprodutivo, e não simplesmente o deslocamento dos capitalistas da condição historicamente específica de “personificações do capital” (MÉSZÁROS *apud* NOVAES, 2008, p. 18).

Ou seja, enquanto os fatores que determinam a existência do sociometabolismo reprodutivo não estiverem sendo efetivamente ocupados e exercidos de maneira verdadeiramente autônoma pelos produtores associados, mas deixados ao domínio de indivíduos cujo controle ocorre de maneira separada, isto é, através de uma nova espécie de personificação do capital, acontecerá que “o próprio trabalho continuará a reproduzir o poder do capital contra si mesmo, mantendo materialmente e dessa forma estendendo a dominação da riqueza alienada sobre a sociedade” (Mészáros *apud* Novaes, 2008, p. 21), ou seja, os trabalhadores passaram a assumir o papel de empresário capitalista colocando-os contra si próprios, fato este que se apresenta como uma grande incoerência.

Com isso, Mészáros *apud* Novaes (2008) destaca a necessidade de que aconteça um controle pleno do processo de trabalho pelos produtores associados e não apenas na transferência dos direitos de propriedade estabelecidos já que “a simples mudança da propriedade jurídica dos meios de produção não garante uma ruptura com o sistema capitalista”. (BETTELHEIM *apud* NOVAES, 2008, p. 43).

Sendo assim, para que se rompa com os princípios promulgados e disseminados pela linha hegemônica da economia solidária⁸ é preciso, de acordo com Mészáros *apud* Novaes (2004), que aconteça uma reestru-

⁸Para esta corrente de pensamento Novaes (2008) identifica que quando os mesmos se pronunciam a respeito do tema de cooperativas e associações de trabalhadores, lhe causa um estranhamento porque tratam as temáticas no fetiche do “socialismo de mercado” não vislumbrando uma transição socialista e ainda, ignorando a complexidade deste processo.

turação completa do controle social onde qualquer escolha metabólica possível à nova ordem que se pretende estabelecer exigirá a conciliação das necessidades dos indivíduos com os recursos materiais e humanos geridos de forma consciente. Para isso, é necessário que os instrumentos de ação sócio-políticos sejam preparados pelo próprio método social “crítico e autocrítico” (Mészáros *apud* Novaes, 2004, p. 13) ao decorrer do seu real desenvolvimento.

Portanto, Mészáros *apud* Novaes (2004) expõe a necessidade de substituir os “instrumentos incontroláveis, reificados do capitalismo por instrumentos controláveis de intercâmbio humano” (Mészáros *apud* Novaes, 2004, p. 13) já que o referido autor considera que os antagonismos desta sociedade é uma consequência da ausência de controle humano. Todavia, esta mudança não é uma tarefa cujos resultados possam ser visualizados em um curto espaço de tempo dessa forma, ela requer um maior prazo de amadurecimento onde se deve levar em conta a probabilidade de possíveis reversões.

No entanto, mesmo diante de determinados obstáculos, passíveis de serem superados, observa-se que “a necessidade de um controle social global consciente das condições de auto-realização humana é imprescindível para que os seres humanos rompam a tirania da base material”. (Mészáros *apud* Novaes, 2004, p. 14). Nesse sentido e diante deste contexto, Borón *apud* Novaes (2008) relata a necessidade de se pensar em um conjunto de possibilidades que em alguns momentos pode estar vinculada a implementação da transferência aos trabalhadores, ou então, uma mudança junto aos mecanismos cooperativos entre os que dele se utilizam e ainda, através de outras formas inovadoras de divisão entre “o capital estatal, os trabalhadores, e as cooperativas de consumidores”. (BORÓN *apud* NOVAES, 2008, p. 220).

Assim, para que a Economia Solidária não seja “uma semente num terreno inadequado” (Novaes, 2008, p. 58) é preciso que as práticas cooperativistas e associativistas estejam arraigadas em uma proposta de construção de uma sociedade cujo direcionamento possa estar “para além do capital”. (NOVAES, 2008, p. 59).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A forma com que começou a se constituir, mesmo que incipiente, o mercado de trabalho brasileiro teve em suas raízes uma natureza excludente. Acreditava-se que o processo de industrialização ocorrido no período de 1930-1970 pudesse amenizar essa situação já que ele havia proporcionado um crescimento econômico e um desenvolvimento acelerado capaz de atender o trabalhador e proporcionar a ele e as suas famílias uma melhor qualidade de vida e ascensão social, econômica e profissional.

No entanto, isso não aconteceu de modo generalizado. E a partir da década de 80 tornou-se perceptível um processo de desestruturação do mercado de trabalho no Brasil que teve seu ponto culminante a década de 90 quando o país passa por uma abertura paulatina da economia gerando uma pressão competitiva dos produtos brasileiros, sobretudo no ramo do setor industrial, ou seja, a indústria que por sua vez era o setor mais formalizado foi o mais afetado por este processo.

Consequentemente, houve um aumento no desemprego aberto o que levou a maioria da população a se inserir em atividades caracterizadas por sua precariedade. No entanto, em paralelo a esse processo, o movimento da Economia Solidária se disseminou no Brasil com a função de gerar trabalho e renda no combate à exclusão social massiva abarcando a integralidade do ser humano. Nesse sentido, ela se propagou mediante uma série de formas solidárias de economia fundamentadas em princípios cooperativistas e/ou associativistas que passaram a ter o apoio da sociedade civil, igreja, centrais sindicais, organizações sociais e instituições públicas e privadas, isto é, existia uma articulação entre as diversas entidades e o movimento.

Posteriormente, já em meados do início do século XXI, o Estado brasileiro observou a necessidade de transformar o progressivo reconhecimento público da economia solidária mediante a institucionalização do movimento. A partir de então, foi criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES – com o propósito de coordenar e tornar viável as atividades relacionadas ao movimento em âmbito nacional mediante a articulação com outros ministérios. Para isso, em 2004, a secretaria contou com orçamento próprio através da inclusão do seu programa nos Planos Plurianuais de Investimento nos quadriênios de 2004/2007 e 2008/2011.

Contudo, ao longo do estudo observou-se que no decorrer dos seis primeiros anos de autonomia financeira menos de 1% do orçamento total do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE – foi destinado a esse organismo.

Esse fato revela que diante de uma soma de recursos notoriamente pífia associada a ações pontuais era muito difícil, para não dizer improvável, resolver o problema do desemprego massivo e as suas cosequentes mazelas sociais através da economia solidária, tornando-a uma solução paliativa. Todavia, a falta de um êxito exuberante para o fenômeno considerado como o surgimento de uma reposta, a partir da década de 1990, não se deve apenas a essas causas muito menos aos demais obstáculos técnicos que permeiam os empreendimentos econômicos solidários. É preciso ressaltar que a sua ineficiência pragmática está no interior da sua própria essência cujas bases estão entranhadas de antagonismos por estar inserida no sistema capitalista cuja lógica de produção está voltada unicamente para a acumulação.

Nesse sentido, durante o estudo foi possível perceber que apenas alguns resquícios dos princípios definidos pelos pioneiros do antigo cooperativismo permanecem nas atuais formas de organização solidária e isso ocorre diante necessidade de obedecer aos ditames do mercado, pois caso não seja assim estarão fadadas ao fracasso. Por conseguinte, tornam-se empresas capitalistas onde permanece a exploração do capital sobre o trabalho o que faz romper a unidade entre a teoria e a prática onde “a teoria fica reduzida à condição de escrava da prática e a prática perde a sua profundidade revolucionária”. (Lukács *apud* Menezes, 2007, p. 225).

Desse modo, o referido projeto político em nada altera a possibilidade de emancipação econômica e social dos trabalhadores, mas propicia um terreno fértil para a sua auto-exploração encoberta pela construção de um pensamento, aliás, ilusório, de que é possível formar uma nova civilização autônoma e livre das subordinações do Estado e do mercado. Portanto, torna-se notório que este relato ideológico, alicerçado na possibilidade de grandes mudanças sociais e até mesmo numa transformação sistêmica, almeja principalmente conservar inalteradas as contradições existentes no sistema vigente, sobretudo, àquelas relacionadas à manutenção dos meios de dominação e exploração da força de trabalho. E ainda trata-se de um fenômeno que traz intrínseco na sua finalidade atenuar a possibilidade de mobilização e organização da classe trabalhadora na luta contra as iniquidades socioeconômicas já que essa se encontra persuadida

pela fantasia de que tais ações correspondem a manifestações benéficas para a sociedade configurando, dessa maneira, a aproximação e representação de uma convivência pacífica entre estes e o capital.

Sendo assim, chegou-se a reflexão de que a economia solidária é de fato um paradoxo em si mesma porque tenta instituir uma lógica solidária sob a égide do capital. Logo, para que possa se constituir em um movimento de caráter revolucionário para a transformação social é preciso que se instaure um planejamento de ação estratégico no âmbito econômico, político e organizativo voltado para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária que jamais ocorrerá dentro de uma sociedade capitalista. Portanto, cabe a sociedade sair do censo comum e analisar com mais afinco as condições intrínsecas das organizações da economia solidária não ficando apenas no campo dos seus supostos atributos específicos ou únicos muitas vezes encobertos de paradigmas.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Andressa Nunes. **Economia solidária – princípios e contradições**. 2010. 120 f. Dissertação (Mestrado em Política Social)-Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2011. Disponível em: <http://web3.ufes.br/ppgps/sites/web3.ufes.br/ppgps/files/Andressa%20Nunes%20Amorim.pdf>>. Acesso em: 28 fev. 2012.

BENINI, Elcio Gustavo; NETO, Leonardo Francisco Figueiredo. **Desemprego e economia solidária: repensando a autogestão**. Resende, 2007. Disponível em: < http://www.aedb.br/seget/artigos07/1412_Economia_Solidaria_Seget.pdf >. Acesso em: 20 out. 2011.

BENSADON, Ligia Scarpa. **Um Estudo sobre a Autogestão: os significados de uma prática**. 2008. 102 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia)-Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: < <http://www.itcp.usp.br/drupal/node/555> >. Acesso em: 08 set. 2011.

CORRGAIO, José Luís. Da economia dos setores populares à economia do trabalho. In: KRAYCHETE, Gabriel; LARA, Francisco; COSTA, Beatriz (Orgs.). **Economia dos setores populares: entre a realidade e utopia**. Petrópolis: Vozes, 2000. GAIGER, Luís Inácio. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. **Caderno do Centro de Recursos Humanos - CRH**, Salvador, [s.v], n. 39, p. 181-211, julho-dezembro. 2003.

GERMER, Claus. A “economia solidária”: uma crítica marxista. **Outubro - Revista do Instituto de Estudos Socialistas**. Perdizes, [s.v], n. 14, p. 193-214, junho. 2006. Disponível em: <http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/14/out14_10.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2012.

GOMES, Fábio da Silva. **Gênesis Habermasiana e o caso de Catende: pragmática universal e a economia solidária**. 2007. 111 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Empresarial)-Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2007.

LAVILLE, Jean Louis. Ação pública e economia: um quadro de análise. In: FRANÇA FILHO *et al.* **Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

LEITE, Kelen Christina. **Economia da Comunhão: A Construção da Reciprocidade nas Relações entre Capital, Trabalho e Estado**. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2007.

LEITE, Márcia de Paula. A Economia Solidária e o Trabalho Associativo: Teorias e Realidades. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** [online]. v. 24, n. 69, p. 31-51, fevereiro. 2009.

MENEZES, Maria Thereza Candido Gomes de. **Economia solidária: elementos para uma crítica Marxista**. 1. ed. Rio de Janeiro: Gramma, 2007.

NOAVES, Henrique Tahuan. **Os Simões Bacamarte da economia solidária**. Campinas, 2004. Disponível em: <<http://www.itcp.unicamp.br/itcp/arq166.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2012.

NOVAES, Henrique Tahuan. Qual autogestão? **Revista da sociedade brasileira de economia política**. Rio de Janeiro, [s.v], n. 22, p. 7-31, junho. 2008.

NOVAES, Henrique Tahuan; FARIA, Maurício de Sardá de. Para onde vão as fábricas recuperadas? ? **Revista da sociedade brasileira de economia política**. Rio de Janeiro, v. 01, n. 26, p. 5-37, junho. 2010.

PANIAGO, Maria Cristina Soares. Os meios que se perderam dos fins: cooperativas fabris e autogestão dos trabalhadores. **Outubro - Revista do Instituto de Estudos Socialistas do Chile**, [s.v], [s.n], p. 209-232, junho. 2008. Disponível em: <<http://revistaoutubro.com.br/blog/2008/10/>>. Acesso em: 18 fev. 2012.

PITAGUARI, Sinival Osório. **Economia solidária no Brasil: políticas públicas e desenvolvimento local**. 2010. 147 f. Dissertação (Mestrado em Economia Regional)- Universidade Estadual de Londrina, Paraná, 2010. Disponível em: < <http://www.uel.br/pos/economia/arq/DISSERTACOES/SINIVAL%20%20Economi20Solidaria%20no%20Brasil%20-%20final.pdf> >. Acesso em: 11 out. 2011.

SCHNEIDER, José Odelso. A economia sociossolidária e o cooperativismo: alternativas socioeconômicas para o Brasil. In: NEUTZLING, Inácio (Org.). **Bem Comum e Solidariedade: por uma ética na economia e na política do Brasil**. São Leopoldo: Unisinos, 2003. p. 131-165.

SINGER, Paul. Economia Solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (Orgs.). **A economia solidária no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000. p. 11-28.

SOUZA, Daniela Neves de. Reestruturação capitalista e trabalho: notas críticas acerca da economia solidária. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 11, n. 01, janeiro-junho. 2008.

VERAGO, Josiane Lombardi. **Cooperativismo e trabalho: alternativa para a crise?** São Paulo, 2008. Disponível em: < http://www.fabricasocupadas.org.br/cmo/index.php?option=com_docman&task=catview&gid=43&Itemid=27>. Acesso em: 08 dez. 2011.

WELLEN, Henrique André Ramos. Contribuição à crítica da 'economia solidária'. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 11, n. 01, p. 105-115, janeiro-junho. 2008.

WELLEN, Henrique André Ramos. **Para a crítica da "economia solidária"**. 2009. 316 f. Tese (doutorado em serviço social)-Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: < <https://sites.google.com/site/secretariappgss/banco-de-teses-e-dissertacoes-do-ppgss>>. Acesso em: 13 mar. 2012.